

DESESTRUTURAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DA BAHIA (ADAB/SEAGRI)

O texto a seguir foi compilado do Ofício nº 407/2017/SFA-BA-MAPA, de 26/09/2017, expedido pela Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia e endereçado ao Exmo. Governador do Estado da Bahia

No ano 2000, com a criação da ADAB e realização de concurso público para Fiscais Estaduais Agropecuários, o Governo do Estado da Bahia deu um passo largo e concreto para a conquista internacional, conferida pela OIE- Organização Mundial de Saúde Animal, do Status Sanitário de Zona Livre de Febre Aftosa Com Vacinação. A erradicação desta séria doença (Febre Aftosa), que afeta drasticamente a produção e produtividade animal e inviabiliza a produção de carne, leite e derivados, permitiu à Bahia participar do comércio nacional e internacional de animais, vegetais e seus produtos e estruturou o órgão para as ações de prevenção, controle e erradicação de outras doenças animais, pragas vegetais e seus produtos e a inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, consolidando a ADAB como uma das principais Agências de Defesa Agropecuária do país, com reconhecimento deste MAPA e com efetiva e destacada participação no FONESA — Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária.

A criação da ADAB deu capilaridade ao Ministério da Agricultura, permitindo seguir à risca os protocolos estabelecidos pela Convenção Internacional de Proteção de Plantas e cumprimento de acordos bilaterais com países altamente exigentes quanto a questões quarentenárias, a exemplo do mercado americano, japonês e europeu. Como consequência, as exportações de frutas como manga, uva, melão e papaya foram consolidadas, assegurando somente no Vale do São Francisco, a manutenção de uma economia rural que garante cerca de 240 mil empregos.

Nos últimos anos, a ADAB vem enfrentando forte desestruturação de suas ações, com reflexos negativos e diretos na manutenção dos status sanitários

nas áreas animal e vegetal, onde doenças e pragas antigas se somam as que agora estão adentrando o território do Estado, por culpa dessa fragilização do órgão. Basta observar que o ingresso no nosso território de diversas pragas, começou exatamente a partir de 2010, quando se iniciou a desestruturação do órgão causada pela queda vertiginosa no número de servidores e por nomeações de pessoas sem qualificação técnica para enfrentar as emergências sanitárias, por total falta de conhecimento técnico.

Podemos citar que a partir de 2010 houve o ingresso das seguintes pragas: Mosca Negra, Pinta Preta, Cochonilha Rosada, Helicoverpa armigera, Sigatoka Negra, Ácaro Vermelho. Na área animal citamos a Mancha Branca do Camarão e o Mormo dos Equídeos. Restando comprovado que a relação causa e efeito é direta.

Estas pragas e doenças, antes exóticas, agora se somam as outras existentes, demandando maior trabalho e necessidade de servidores e maiores gastos de recursos financeiros públicos e privados, impactando negativamente no custo e na produção e produtividade de diversas cadeias produtivas, gerando enormes prejuízos econômicos ao Estado e ao país. Com a iminente possibilidade de outras doenças e pragas de enorme gravidade adentrarem em nosso Estado, as perspectivas de prejuízos financeiros são incalculáveis, por ser muito difícil reverter a situação (erradicação) ou até controlar a disseminação das doenças e pragas, seja pela necessidade de aumentar os gastos no combate em si, seja pelo aumento do custo e das perdas da produção agropecuária. A avaliação da SFA-BA-MAPA é de iminente risco de entrada de sérias doenças e pragas exóticas, que guarda relação direta com a drástica diminuição do corpo funcional do órgão, que passou de 1.957 servidores (a maioria dos Fiscais com curso de pós-graduação em nível de especialização, e um bom número com mestrado e doutorado) em 2007 para cerca de 900 atualmente. Ocorreu ainda a diminuição de recursos financeiros para investimento e custeio, falta de equipamentos para a execução das ações (veículos, equipamentos e material de fiscalização e de laboratório), e consequente acúmulo e sobrecarga das atividades técnicas e gerenciais.

Agregue-se a tudo isso, o fato das nomeações nos últimos anos para direção do órgão e para alguns cargos de coordenação técnica, destoarem do normal na história do órgão, abandonando-se o critério técnico e o substituindo

pelo político. O prejuízo dessa decisão é que Coordenadorias e Gerências Técnicas, aos olhos dos órgãos de coordenação e controle, perdem, por exemplo, a classificação de Unidade Veterinária Local — UVL e, no enfrentamento das emergências zoofitossanitárias que surgem, o desconhecimento técnico-científico dos servidores leigos nomeados a visível, por não saberem a forma correta de agir e nem terem consciência técnica da necessidade de tratar os episódios sanitários com a devida urgência, favorecendo apenas ao inimigo invasor, facilitando a disseminação das doenças e pragas.

Conforme Regimento Interno, a AaDAB é um órgão técnico de fiscalização, com poder de polícia administrativo, sem quaisquer ações de fomento e de política e desenvolvimento agropecuários, com necessidade de domínio e conhecimento científico que envolva a prevenção, controle e erradicação de doenças animais, pragas vegetais e a inspeção sanitária dos alimentos de origem animal como pré-requisito para a execução das atividades. Por este motivo, importa aos órgãos internacionais e ao MAPA que a escolha dos profissionais que ocuparão os cargos, considere esses critérios e aspectos técnicos, por serem indispensáveis para o reconhecimento nacional e internacional do Estado.

Como a Bahia se posiciona entre o 6ª ou 7ª maior PIB agropecuário do país, possuindo uma enorme diversidade na produção vegetal e animal e um crescente parque agroindustrial e, atualmente, é reconhecida com o status sanitário internacional de Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação, preocupamos que as fragilidades aqui evisceradas, possam alterar esse reconhecimento com perda de Status Sanitário, que traria enormes prejuízos econômicos aos produtores e agroindústrias de maneira geral, mas em especial aqueles que dependem das exportações internacionais e do comércio interestadual, repercutindo negativamente na economia do Estado. Concluindo, nossa defesa agropecuária está fragilizada, nosso patrimônio agropecuário e o agronegócio em risco e a ADAB demonstra discutível capacidade de resposta imediata para enfrentar as emergências zoofitossanitárias com restituição ao status anterior.